



O PALÁCIO DOS LEÕES E O PROJETO PAISAGÍSTICO DE ROBERTO BURLE MARX

WASINSKI PRADO, BARBARA IRENE

Universidade Estadual do Maranhão

Barbaraiwp@gmail.com

RESUMO

Neste trabalho se discute a respeito do desenho paisagístico que apresenta valores do passado, que serão importantes perpetuar para o futuro. Patrimônio e Projeto são dois termos que nos remetem ao passado e ao futuro respectivamente. No complexo diálogo entre o passado e o futuro da obra paisagística dos Jardins do Palácio dos Leões, em São Luís – MA, debate-se a respeito dos valores objetivos e subjetivos que importam tanto ao passado, quanto ao futuro da cultura da sociedade ludovicense. Valores estes que são expressos no jardim com desenho de Roberto Burle Marx, que foi construído em 1968 e em 1973, e descaracterizado ao longo do tempo. As transformações do jardim foram estudadas através da análise morfológica e historiográfica. Considera-se que hoje, numa intervenção possível, do passado deveriam ser destacados os valores modernistas que nos interessa preservar, como um produto original do pensamento e do fazer brasileiro e principalmente, daqueles valores que seriam passíveis de usufruto no futuro. A obra de Roberto Burle Marx merece ser cristalizada, recuperada e preservada, pois se constitui num bem cultural, num patrimônio que expressa um fazer paisagístico próprio e original que transcende as deliberações do poder público local.

Palavras-chave: Palácio dos leões, jardim histórico, Roberto burle Marx

1. INTRODUÇÃO

O Palácio dos Leões é a sede do governo maranhense, construído sobre o sítio fundador da cidade de São Luís, no Maranhão. Está localizado num promontório, de frente para o mar, numa falésia às margens dos rios Anil e Bacanga e próximo à desembocadura desses dois rios. Os rios, que foram são as portas de entrada do mar ao sítio maranhense, eram guardados e vigiados desde o promontório. Ao longo do tempo o promontório foi ocupado por uma fortaleza, que foi sendo transformada e adaptada para diferentes contextos sociais e políticos, até torna-se o Palácio dos Leões. Em todos os tempos passados foi sempre sede de governos, em solo maranhense.

A fortaleza construída inicialmente em toras madeira nos anos seiscentos, e depois construída em pedra e cal com as características da arquitetura militar.

O palácio é parte de um conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico que inclui os edifícios do entorno da Avenida Maranhense, hoje, Praças Pedro II, Mãe D'Água e Benedito Leite. Tais espaços livres guardam a memória e os vestígios dos fazeres e saberes brasileiro, a partir do fazer indígena. Onde antes fora a oca dos tupinambás (1611), descrita pelos padres da Missão Francesa Capuchinha, também foi terreiro do Forte de São Luís (1612), cimo do baluarte (1614), praça de armas do forte que defendeu as posses dos franceses, portugueses, holandeses e novamente dos portugueses entre 1618 e 1821, e ainda outros vestígios e outros fazeres ainda não estudados. Quanto aos jardins atuais, eles sempre foram um espaço livre entre a construção da sede e os muros que cercavam o sítio. O espaço livre foi utilizado para a ordem unida, para as atividades militares, como pátio de munição e armas (lá estão alguns canhões ainda hoje) e finalmente para o deleite do palácio com um jardim em meados anos oitocentos.

A história de ocupação deste sítio tem mais de 400 anos e este conjunto espacial é objeto de estudo, especialmente, o espaço livre que se manteve como tal, após tantos séculos, apesar de suas inúmeras funções e que desde o século 18 destina-se a sua mais nobre função – a de jardim no Palácio dos Leões.

Este texto enfatiza a permanência do espaço livre, hoje Jardim do Palácio dos Leões, que durante mais de quatro séculos manteve-se espaço livre, apesar das mudanças de usos ocorridas ao longo do tempo. Também defende-se aqui, que este é um dos importantes jardins históricos no Brasil, e que tem muitos diferenciais, inclusive como um dos mais significativos os relacionados às intervenções de Roberto Burle Marx.

O estudo do Palácio dos Leões, de seu entorno e especialmente seus jardins, invoca o estabelecimento de um diálogo entre o passado e o futuro da cultura maranhense, e mais, da cultura brasileira. Os palimpsestos estilísticos formados pelo conjunto contêm fragmentos de diversos momentos da vida local em quatro séculos, pelo menos, e rastros de suas relações culturais internacionais, exógenas e endógenas. Com estas considerações iniciais e gerais, pretende-se demonstrar que o Jardim do Palácio dos Leões guardou aspectos arquitetônicos, paisagísticos e urbanísticos de interesse histórico e cultural, que são as condições essenciais de um jardim histórico, como reforça a Carta de Florença, de 1981.

2. A REFORMAS DO JARDIM HISTÓRICO

A pesquisa em registros diversos, como imagens fotográficas de diversos períodos, notícias jornalísticas, desenhos e levantamentos gráficos, possibilitaram compreender que o espaço livre do Palácio dos Leões foi a antiga praça de armas e que deu lugar a um jardim em meados do oitocentos. Possivelmente por volta de 1857 teria recebido aleias de palmeiras, a exemplo do que vinha sendo praticado no Brasil, desde o Rio de Janeiro e São Paulo, quando houve o plantio das palmeiras-imperiais (*Roystonea oleracea*), que ainda hoje se vê em alinhamento (muito provavelmente replantadas nos mesmos lugares) (PRADO, 2013).

Em 1901, uma ordem do Diretor da Intendência Municipal da Capital do Estado do Maranhão, publicada no “Diário do Norte”, Edital de nº 33 A, notícia o projeto de aformoseamento do “Largo de Palácio”, onde os edifícios mais importantes da cidade se localizavam, e de obras em outras praças e neste edital são indicados o projeto do engenheiro Palmerio de Carvalho Cantanhede e de seu substituto Anísio de Carvalho Palhano. Determinava também que a implantação do aformoseamento seja feita pelo “jardineiro Manoel Barboza, encarregado da arborização e tratamento dos jardins de todas ellas, e cuja proficiência no assunto é geralmente conhecida” (DIÁRIO DO NORTE, 1901, p. 4). Os jardins do Palácio também estavam incluídos nesse aformoseamento. Os estudos realizados por Prado em 2006, indicam que pode ter havido, nesta reforma citada, a contribuição do arquiteto Charles Thays com o projeto de 1900, como sugere o projeto publicado por Berjman (1998). Nesse projeto nota-se a praça, a avenida-bulevar Pedro II a beira-mar (costaneira) e os jardins do Palácio dos Leões, onde o arquiteto buscava integrá-lo à costaneira/beira-mar, através de uma entrada com escadaria localizada na terceira cortina que cerca o Palácio dos Leões. Também aparece a criação de um novo baluarte entre os existentes atualmente, baluarte de Cosme e de Damião. No aprofundamento dos estudos de Costa e Prado (2006) e Prado (2007) foi possível conferir as semelhanças do edital da obra, que foi

executada em 1904, com a da proposta do arquiteto. O rigor e o cuidado do levantamento feito em 1900 são surpreendentes, levando-se em conta que esse arquiteto francês, Charles Thays, era radicado na Argentina. Um trabalho que pode hoje ser comparado com levantamentos georreferenciados atuais, tal sua qualidade técnica e esmero. A existência deste e mais três projetos paisagísticos de Charles Thays para São Luís foram confirmados através da publicação “Gazeta de Notícias” em 19/07/1901 que anunciava uma exposição, na Casa Constrejan, na Rua do Ouvidor, número 84, no Rio de Janeiro, a partir da maquete do projeto da avenida-bulevar Pedro II e da beira-mar (costaneira) de São Luís do Maranhão. Cabe salientar ainda, que este projeto higienista é inclusive, precedente ao projeto e obra, considerados pioneiros do higienismo urbanístico no Brasil, na Avenida Central no Rio de Janeiro, de 1905.

Em 1906, na gestão do governador Benedito Leite (1906/1908), o palácio foi ampliado, estendendo-se uma ala nos fundos dele, destinada à residência do governador e a fachada do palácio trazia algumas alterações e um brasão heráldico em azulejo com leões pintados. No pátio havia “um jardim zoológico de vida efêmera” (LIMA, 2002, p. 63).

Outras reformas ocorreram neste Palácio, mas nenhuma que fosse muito significativa quanto à mudança das formas arquitetônicas do jardim de Thays até 1950 (merece mais aprofundamento). Encontram-se algumas imagens a partir de 1950 que possibilitam compreender as transformações paisagísticas até as ocorridas nos anos 1960. O jardim nesse período era eclético.

Em 1968, uma importante intervenção no Jardim do Palácio do Leões foi realizada por Roberto Burle Marx. O projeto de Roberto Burle Marx chegou com uma proposta paisagística modernista, que trazia consigo uma afirmação da modernidade, tal qual o discurso político daquela época no Estado do Maranhão.

Roberto Burle Marx, após os anos 60 do século XX, passou a ser um disputado paisagista entre as autoridades brasileiras daquele período. Sua contratação representava um status de distinção, não apenas para o jardim em que atuava, mas para a própria autoridade que o contratava. Nessa época da história da gestão pública brasileira, não haviam regimes legais especiais para contratação e gasto do dinheiro público, ficando a cargo do gosto palaciano a decisão quanto à conveniência das despesas. Tal aparte, não depõe contra o brilhante trabalho de Roberto Burle Marx, que tanto sucesso ecológico e paisagístico obteve em seus projetos. Apenas revela uma condição profissional diferenciada de trabalho, na qual o paisagista podia explorar

inúmeras possibilidades criativas, e por vezes, despesas ilimitadas. São muitos os projetos e realizações que Roberto Burle Marx elaborou ao longo de sua carreira, e sua competência criativa é reconhecida. Ele foi um dos maiores paisagistas da modernidade e expoente do modernismo brasileiro, com destaque internacional, não somente pela concepção e concretização dos seus projetos inspirados na flora tropical e nas composições paisagísticas inovadoras. Entretanto, destaca-se aqui que as contratações desembaraçadas de regimes legais de contratação, num período em que a criação dos mitos profissionais no Brasil, apesar de polemica, é uma história ainda não discutida no meio acadêmico e no seio da arquitetura brasileira, e que deve ser escrita num futuro próximo, pois em geral era promovida pela proximidade dos autores com as autoridades ou legitimada através de alguns poucos concursos públicos.

A intervenção de Roberto Burle Marx, no Palácio dos Leões, foi apontada por Leenhardt (1994) e Montero (2001) e registra-se no próprio site do Sítio Burle Marx. Estes autores relacionam três projetos paisagísticos em São Luís do Maranhão, sendo: em 1968 – o Jardim do Palácio dos Leões, Sede do Governo Estadual; em 1982 – o projeto do Jardim da Alcoa Alumínio S.A.; e em 1985 – o projeto da Avenida Litorânea. Os projetos de 1982 e 1985 não foram construídos como os projetos de Roberto Burle Marx. O paisagismo do acesso da Alcoa, hoje Alumar, na Ilha de São Luís, foi reelaborado e implantado pela empresa dos arquitetos Harry Roitman e Reinaldo Marques e o projeto da Avenida Litorânea na parte noroeste da Ilha de São Luís, foi reelaborado com traçado pós-modernista, pela arquiteta Jussara Nogueira.

O projeto do Palácio dos Leões, no entanto não foi implantado totalmente conforme o projeto original, em 1968. Destaca-se aqui, que a intervenção de Roberto Burle Marx neste jardim ocorreu em dois momentos. Em 1968, quando desenvolveu o projeto de paisagismo que alterou a configuração do jardim eclético existente até então, e, em 1973, quando foi chamado para concluir seu projeto original.

O projeto original de Roberto Burle Marx para o Jardim do Palácio dos Leões trazia modificações quanto à forma e ao conteúdo vegetal. Apresentava tanques e espelhos d'água para receber as plantas aquáticas, a serem construídos com profundidades variáveis. Canteiros para vegetação gramínea e forrações arbustivas e piso de lajotões cerâmicos e de pedras. Nesse período, foi criado um novo jardim segundo uma proposta brasileira. No entanto, nem todos os elementos do projeto foram implantados nessa ocasião. Anos mais tarde, em 1973, Roberto Burle Marx foi chamado para finalizá-lo conforme sua proposta original, conforme o depoimento da ex-primeira dama do Estado do Maranhão, Sra. Eney Santana, obtido em 2008.

A característica projetual trazia quadros intercalados formando cheios e vazios a partir das texturas e brilhos, dos “verdes e azuis ou verdes de todos os tons das plantas”, conforme suas práticas paisagísticas, como explica Dourado (1997). Neste jardim “as águas refletidas contrastavam com o castanho e o cinza dos pisos” também. A proposta do jardim não pretendia ser uma imitação da natureza. Seguia o que Burle Marx e Tabacow (2004, p. 62) descrevem: seus jardins eram “um acontecimento cromático onde os volumes se ligavam e estabeleciam relações (...) estritamente ordenados e harmonicamente naturais”.

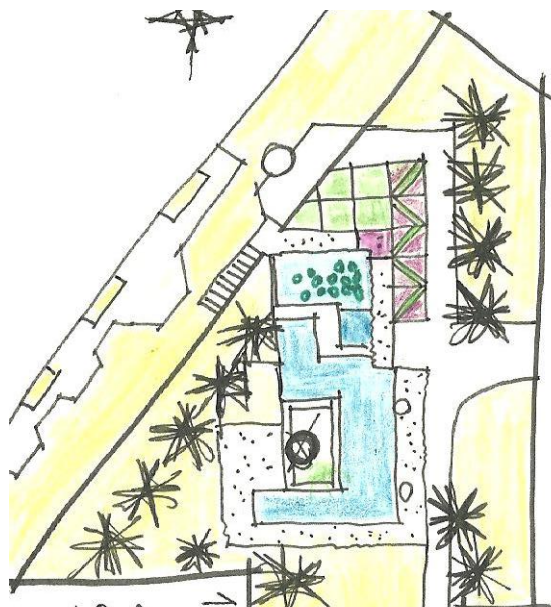


Fig. 1. Croqui da intervenção de Roberto Burle Marx em 1973 no Jardim do Palácio dos Leões. Fonte: Barbara Prado a partir de observação da capa do livro comemorativo do governo do Maranhão (MARANHÃO, 1975).

As gestões públicas que se sucederam no Maranhão, não defenderam a importância do conjunto arquitetônico e paisagístico adequadamente. Apesar do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Cidade de São Luís ter sido tombado no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico em 1974 pelo Governo Federal através do IPHAN e, em 4 de dezembro de 1997, o Centro Histórico de São Luís ter sido agraciado com o título de Patrimônio Cultural da Humanidade, na Assembleia Geral do Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco em Nápoles, o fim de alterações e descaracterizações nas obras do conjunto não cessou. O acervo vegetal foi muito descaracterizado e até mesmo substituído. A grande mudança ocorreu na reforma do palácio em 1993, em que o projeto de Acácio Gil Borsoi de 1992, substituiu o de Roberto Burle Marx, com adaptações para criar uma piscina onde houve um tanque para plantas aquáticas, perda de palmeiras-imperiais e de outras plantas e jardineiras, sem reposição de novos exemplares, retirada de plantas e canteiros para o estacionamento dos carros oficiais e realização de eventos sociais, além da retirada de palmeiras para ampliar determinadas visadas.

O Jardim do Palácio dos Leões é citado nas memórias arquitetônicas de Acácio Gil Borsoi, mas não há referência quanto ao projeto modernista e a precedência de Roberto Burle Marx nesse jardim. Em suas memórias, Borsoi comenta sobre uma solução que pretendia implementar na reforma de 1993 para “criar sob a Praça Nobre seus jardins e estacionamentos, uma área que permita gerar área de expansão funcional da equipe de apoio ao governador e outros serviços” (BORSOI, 2006, pp. 54-55).

“Os vários detalhes acrescentados ao longo dos anos foram retirados e criamos novas soluções para que tudo ficasse integrado à ideia original do projeto, de características clássicas renascentistas (BORSOI in: MOURA, 2004, p. 5)”.

Esta solução, para o monumento nacional, não foi realizada, evitando-se uma maior descaracterização dele. Porém os jardins sofreram grandes alterações ao invés de uma restauração merecida.

Apesar disso tudo, podem ser reconhecidos os vestígios do acervo arquitetônico-paisagístico da versão marxiana de um jardim de Roberto Burle Marx, como os tanques entrelaçados, alguns caminhos de pedras e de lajotas e, principalmente, a força de conjunto do desenho. Nota-se que as descaracterizações mutilaram partes de um conjunto, mas o desenho global ainda persiste.

No complexo diálogo entre o passado e o futuro os valores objetivos e subjetivos que importam tanto ao passado, quanto ao futuro da cultura da sociedade ludovicense, foram muito pouco discutidos nas intervenções da obra paisagística dos Jardins do Palácio dos Leões. E as adaptações contemporâneas aos gostos pessoais dos ocupantes palacianos do monumento nacional têm estado longe do que deveria ser protegido rigorosamente.

3. CONCLUSÕES

O Palácio dos Leões passou por muitas reformas ao longo dos últimos 246 anos. Seu espaço livre foi transformado do uso militar para o deleite contemplativo e recreativo de seus ocupantes. Além de estar localizado num sítio histórico e ser parte integrante da edificação do Palácio dos Leões, o jardim é também um espaço livre precedente à própria cidade de São Luís. O jardim pode se constituir assim num dos mais antigos espaços livres do Brasil, uma vez que seu espaço forma um mirante (hoje ajardinado) do qual se contempla a paisagem da baía de São Marcos há mais de quatro séculos e porque sua história se mescla com a história da fortaleza, da cidade e do Palácio.

As cartas de preservação de Veneza (1964) e de Florença (1981) formam argumentos para a restauração do projeto original, mas o fenômeno da globalização a partir de 1990, passou a invocar novos valores e substituição de valores preexistentes.

Burle Marx em São Luís é muito pouco divulgada. Não é apontada ainda nos principais impressos oficiais do Maranhão. Da mesma forma, não se localizou documentação nos arquivos públicos a respeito do jardim, que, no entanto, representa o início da cultura brasileira na arquitetura paisagística maranhense.

Ambas as intervenções de um dos maiores paisagistas do século 20 apontam, hoje, o valor histórico, cultural e paisagístico do monumental Jardim do Palácio dos Leões. Por sua localização, paisagem e história, o jardim permanece como um espaço livre de notável importância para a arquitetura paisagística brasileira.

Se por um lado, este monumento nacional tem sofrido inúmeras alterações ao longo do tempo, por outro, sua importância tem sido de certa forma reconhecida pelos governantes, uma vez que buscaram arquitetos de renome para tratá-lo.

Isto ensina que tem prevalecido a vontade governamental em convivência com os arquitetos contratados. E por isso os riscos de descaracterização se renovam a cada quatro anos. Em parte, porque alguns governantes desejam deixar sua marca e, por outra, por não compreenderem que este não é apenas mais um espaço livre, mas sim monumento nacional que se presta a preservação da história brasileira.

Ao se questionar que trabalhos devem ser preservados para o futuro, conclui-se que apesar de outras importantes contribuições, a marca do trabalho de Roberto Burle Marx é a mais significativa, pois se constitui de um bem cultural, um patrimônio que expressa um fazer e saber paisagístico brasileiro, próprio e original, que transcende as deliberações do poder público local e os anseios individuais dos profissionais.

A obra de Roberto Burle Marx merece ser recuperada, cristalizada e preservada, pois ensinará outros brasileiros como foi seu passado cultural.

4. REFERENCIAS

ALCÂNTARA, Dora; ALCÂNTARA, Pedro (1997). Proposta de Inclusão do Centro Histórico de São Luís na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO. Documento Complementar nº 1: Apontamentos e Indicações Referentes ao Centro Histórico de São Luís do Maranhão, Brasil, e à Relevância Histórica Mundial do Patrimônio Cultural Situado na Zona de Tombamento Federal e seu Entorno. IPHAN, São Luís.

BANDEIRA, Arkley Marques (2004). Ações e reações no Centro Histórico de São Luís: a ausência de arqueologia nas intervenções restaurativas no patrimônio edificado. Setor de Museologia e Etnologia do Centro de Pesquisa de História Natural e

- Arqueologia do Maranhão. In: Anais do II Congreso Internacional Patrimônio Cultural. Córdoba, Argentina. Disponível em: www.naya.org.ar/congreso2004/ponencias. Acessado em 20 de maio de 2008.
- BERJMAN, Sonia (1998). Plazas y Parques de Buenos Aires: la obra de los paisajistas franceses. Fondo de Cultura Económica de Argentina S.A., Buenos Aires.
- BORSOI, Acácio Gil (2006). Arquitetura como manifesto. Gráfica Santa Marta, Recife.
- BURLE MARX, Roberto; TABACOW, José (2004). Arte e Paisagem: conferências escolhidas. Studio Nobel, São Paulo.
- COSTA, Adriana Sekeff; PRADO, Barbara I. Wasinski (2006). Charles Thays na formação urbana de São Luís: a ilheidade de São Luís a partir da Praça Pedro II. In: XVIII Seminário de Iniciação Científica da UEMA/I Mostra de Práticas Investigativas de Pedagogia, São Luís, Brasil.
- D'ELBOUX, Roseli Maria Martins (2006). Uma promenade nos trópicos: os barões do café sob as palmeiras imperiais, entre o Rio de Janeiro e São Paulo. Anais do Museu Paulista, vol. 14, número 2, jul-dez: 193-250.
- DIÁRIO do Maranhão. Caderno do ano de 1900. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.
- DIÁRIO do Norte. Caderno do ano de 1901. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.
- DOURADO, Guilherme Mazza (Org.) (1997). Visões de Paisagem: Um Panorama do Paisagismo Contemporâneo no Brasil. ABAP, São Paulo.
- GAZETA de Notícias. Caderno de 1901. Acervo da Biblioteca Nacional.
- INSTITUTO do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN (2001). Levantamento de baluartes e cortinas do Palácio dos Leões – 1863.
- JORNAL da Manhã. Caderno do ano de 1904. Acervo da Biblioteca Pública Benedito Leite.
- LEENHARDT, Jacques (Org.) (1994). Nos jardins de Burle Marx. Perspectiva, São Paulo.
- MARANHÃO, Secretaria da Cultura do (1987). Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico. Bens tombados no Maranhão: tombamentos Estaduais. Secretaria de Cultura, São Luís.
- MELLO, Luiz de (2004). Cronologia das Artes Plásticas no Maranhão. Lithograf, São Luís.
- MONTERO, Marta Íris (2001). Burle Marx: el paisaje lirico. Editorial Gustavo Gilli, Barcelona.
- MOURA, Éride (2004). História reconstruída. Revista AU, 118.
- NEPOMUCENO, Rosa (2008). O Jardim de D. João: a aventura da aclimação das plantas asiáticas à beira da lagoa e o desenvolvimento do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, que vence dois séculos de umidade, enchentes, transformações da cidade, novos padrões científicos e mantém-se exuberante, com seus cientistas e suas árvores. Casa da Palavra, Rio de Janeiro.
- PRADO, Barbara I. Wasinski (2007). Charles Thays na formação urbana de São Luís: a ilheidade de São Luís a partir da Praça Pedro II. Paisagem e Ambiente. 24: 69-80.
- PRADO, Barbara Irene Wasinski (1999). Pesquisa das Praças no Centro de São Luís: Avenida Dom Pedro II. Resultados de pesquisa realizada com os alunos do 9º período na Disciplina de Paisagismo II do Curso de Arquitetura e Urbanismo da UEMA, 1º semestre de 1999. In: Instituto Municipal da Paisagem Urbana. Prefeitura Municipal de São Luís, São Luís.
- PRADO, Barbara Irene Wasinski (2013) in: CARNEIRO, Ana Rita Sá; SILVA, Aline de Figueirôa; SILVA, Joelmir Marques. Jardins de Burle Marx no Nordeste do Brasil. Recife: Editora Universitária/UFPE, 2013, pp 137-158.